PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação

Rua Líbero Badaró, 425, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000

Telefone:

Ata de Reunião

Dia, hora e local: 14 de dezembro de 2021, 10h, via Microsoft Teams.

Participantes:

Fabricio Cobra Arbex, Johann Nogueira Dantas, Silvia Grecco, George Augusto dos Santos Rodrigues, Tatiana Regina Renno Sutto, Evandro Freire, Vinicius Alves Schaefer, Wagner Santana Silveira, Luciano Felipe de Paula Capato, Rafael Neves, Filipe Pereira Nunes de Carvalho, Malde Maria Vilas Bôas, Armando Luis Palmieri, Ricardo Olivato, Rafael Marques de Luca, Vinicius Alves Schaefer,

Ordem do dia:
Análise do Relatório semestral de TIC da prefeitura

Abertura:

O chefe de gabinete, Sr. George Rodrigues, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informando que o secretario não pôde comparecer por conta de outra reunião com o prefeito no mesmo horário.

A seguir comentou que o PETIC (Plano Estratégico de TIC) da prefeitura de São Paulo para a gestão atual já foi publicado e seria disponibilizado no formato impresso nos próximos dias.

Informou também que o prefeito havia anunciado a nomeação de vários novos servidores concursados, falou da importância deles, com destaque aos APDOs da disciplina de tecnologia, além de cumprimentar a todos os envolvidos neste processo. Fabricio Cobra (Secretário de SEGES) complementou informando que seriam chamados os últimos 24 aprovados, zerando assim a fila de espera do concurso para APDOs de TIC, ressaltando ainda a importância na atuação descentralizada da disciplina em todas as secretarias.

Sr. George Rodrigues continuou parabenizando a PRODAM pelo prêmio que recebeu de Great Place to Work (Excelente Lugar para Trabalhar) e ressaltou a importância dela para a prefeitura. Sr. Johann Dantas, presidente da PRODAM, agradeceu e declarou que ainda há muito a ser feito pela prefeitura, que este mês iriam licitar a plataforma Google e informou que conversaram com o Sr. Evandro Freire, Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda, várias coisas a serem feitas.

Sr. George Rodrigues voltou a falar da pauta alinhamento de governança de dados, o relatório semestral de TIC e o calendário do próximo ano, após, passou a palavra para o Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da SMIT, Sr. Filipe Pereira Nunes de Carvalho.

Apresentação:

Sr. Filipe Carvalho começou a apresentação explicando o papel da governança que é permitir capacitações, padrões e normas, o aumento da maturidade e o alinhamento estratégico entre as áreas de TIC dos diferentes órgãos da prefeitura e mostrou o histórico da implementação da nova política a partir de 2017 até os dias atuais. Passou a seguir para um resumo da política em que se define nos itens:

- Reorganização do sistema municipal de TIC;
- Instrumentos de governança;
- Mudanças nas aquisições; e,
- Capacitação.

Após comentar brevemente sobre cada um dos itens focou na ideia principal que é almejar o governo digital em São Paulo, ressaltou que para esta meta se concretizar é necessário passar por várias gestões, aproveitando as janelas de oportunidade, já que se trata de um plano de longo prazo.

Enfatizou também que não se tratava de um progresso linear, pois ao longo do processo serão necessários vários ajustes e reajustes de rota.

A partir disto, Sr. Filipe Carvalho apresentou o relatório semestral de TIC, enfatizando que o ciclo da governança acontece em 4 etapas: planejar, desenvolver, checar e agir (PDCA), e que no momento estávamos na etapa checar do ciclo de 2021. Indicou que 100% os PDSTICs foram publicados, porém 85% dos diagnósticos de TIC foram respondidos e somente 27% dos planos estão com status atualizado. Explicou que com isso a medição feita não refletia plenamente a realidade, já que seria necessário 100% dos diagnósticos respondidos para uma medição precisa.

Comentou também que em 2020 foram planejadas 917 ações totalizando R$ 1,13Bi. Dentre as ações mais planejadas destacou as aquisições de ativos de informática e, desse planejamento, 52% das ações foram informadas como concluídas. Já em 2021 foram planejadas 928 ações, totalizando R$ 1,28 Bi, porém, até novembro de 2021, apenas 30% foram dessas ações foram informadas como concluídas e somente 27% dos órgãos atualizaram o status das ações planejadas. Pontuou novamente que, caso os órgãos setoriais não preencham com seriedade os instrumentos de governança à eles encaminhados, fica bem complicado termos relatórios com dados precisos.

Passou então para a análise do gráfico de porcentagem de despesas executadas em TIC indicando o antes e o depois da implementação da nova política frisando a grande compra esporádica de ativos de informática na secretaria municipal de educação. Seguindo a mesma comparação, seguiu para o gráfico da escala de maturidade indicando o crescimento da maturidade nos órgãos atualmente e os principais entraves para a execução do que foi planejado.

Sobre o critério de execução orçamentaria da escala de maturidade em TIC da prefeitura, o Sr. Filipe Carvalho mencionou que foi atingida com 68% a meta que era de 50% dos setoriais na série D e que no critério dos ativos de microinformática da infraestrutura de TIC também foram atingidas com 72% a meta de 70% dos ativos dentro da vida útil, porém na parte de rede interna foi medido 68% dos órgãos com rede adequada dos 70% de meta.

Informou que houve 21 edições de fóruns técnicos realizados juntamente com funcionários com cargo táticos e operacional da área de TI e que no último ano foram realizados de forma virtual.

Também colocou que, no quesito gestão de carreira, temos 33 analistas em efetivo exercício, 24 aguardando nomeação e 91 habilitados no concurso atual, e estes em exercício encontram-se descentralizados em 10 órgãos, mais o órgão central, e 9 deles atuam em cargos de liderança, no total foram 59 projetos em que estes estavam inseridos. Ressaltou que 51% dos nomeados não estavam ativos e que eles seriam importantes para o TI da prefeitura e mostrou rapidamente os principais projetos em que estes analistas atuaram.

Falou dos dados do Programa permanente de capacitação em que 1.433 cursos foram concluídos destacando que 430 foram da área de inovação e gestão, 260 da área de programação e 241 da área Data Science. Indicou que houve feedbacks de satisfação em que 46% avaliaram o programa como ótimo e 30% como bom, lembrou que foram impactados pela pandemia, pois o programa de capacitação seguiu sendo executado a distância. Como importante destacou que 31% dos órgãos responderam que usam ferramentas de BI, o Sr. Rafael Neves (Diretor de Governança de TIC/SMIT) reforçou que em 2020 eram apenas 19% e que as vagas ofertadas em capacitação no uso de dados foi o motivo deste crescimento.

Sr. Filipe Carvalho voltou a palavra seguindo para o calendário de 2023, em que mostrou as datas de planos setoriais, diagnostico de TIC, plano Diretor Geral de TIC, Fóruns Técnicos e as reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Tecnologia, encerrando a apresentação.

Discussão:

Sr. Luciano Capato, Lider de TIC -SF, abriu a discussão com o questionamento sobre o gasto de TI, se os dados da apresentação incluíam gastos com funcionários alocados nas atividades de TI. Sr. Rafael Neves, Diretor de Governança de TIC/SMIT, responde que estes dados incluíam somente gastos especificamente nas dotações orçamentárias de tecnologia, Sr. Luciano Capato então reforçou que este dado seria maior, pois, estaria faltando o gasto com pessoal que trabalha com tecnologia e pediu para que fosse incluído na apresentação essa observação.

Sr. Evandro Freire, Chefe de Gab – SF, abriu outra pergunta querendo saber se a pauta da reunião era apenas a apresentação do relatório, Filipe respondeu que sim e esclareceu que previamente no envio do convite da reunião pode ser sugerido pautas conforme regimento interno.

Evandro disse que se atentaria nas próximas edições e que aproveitando a presença da Sra. Malde Vilas Bôas, Secretária Executiva – SME, e do Sr. Fabricio Cobra, Secretario - SEGES, alerta que precisavam definir como será as regras sobre o uso ativos de TI, como compras de notebook por exemplo, em virtude da possibilidade do teletrabalho na prefeitura e que ainda não havia sido definido quais ações serão tomadas. E que outro tema para pauta além da LGPD, seria os ataques cibernéticos que estavam frequentes nas instituições públicas, demonstrando preocupação com o tema e reforçando que a PRODAM estaria realizando algumas iniciativas e que todos deveriam estar cientes delas.

Sra. Malde Vilas Bôas, questionou sobre os 51% dos APDOs não estarem ativos e reforça o tema que o Sr. Evandro Freire tinha mencionado sobre a discussão do teletrabalho, dizendo que precisavam de uma ferramenta de acompanhamento padronizada na prefeitura para que houvesse a implementação do teletrabalho oficialmente, comentou que a SMIT vinha analisando algumas ferramentas, mas que na secretaria que atua não tinha implementado nada por falta de padronização.

Sr. Evandro Freire complementou informando que na secretaria da fazenda utilizavam uma ferramenta de produtividade que já era usada anteriormente, já apresentada a alguns órgãos, e se disponibilizava para mostrar em outra ocasião caso SMIT queira. Sra. Malde Vilas Bôas acrescentou que aproveitando a presença do Sr. Fabricio Cobra, iria pontuar sobre a necessidade de ajuda de custos para aqueles que viriam a trabalhar em modelo de teletrabalho e reforçou a urgência dessas definições.

Sr. Filipe Carvalho tomou a palavra para responder as perguntas, explicando que os 51% de APDOs se tratava de servidores que não tomaram posse do cargo ou que tomaram posse e pediram exoneração. Sobre segurança da informação informou que existia uma minuta desta política com contribuição do Sr. Luciano Capato e que seria publicado em forma de decreto, Sr. Rafael Neves complementou que nela continha propostas de orientações a respeito de sequestro de dados. Sr. Filipe Carvalho terminou falando que CGTIC se disponibilizava nas definições de tecnologia do teletrabalho e que no que se referia a ativos os órgãos setoriais possuíam autonomia para definirem o que melhor lhe couber.

Sra. Malde Vilas Bôas discordou da fala sobre a autonomia dos órgãos para a escolha dos ativos de TI para o teletrabalho, explicando que seria preciso uma definição da prefeitura, até mesmo da parte de subsidiar o funcionário com relação a estação de trabalho em casa, e que tipo de ferramenta seria utilizado para acompanhamento de produtividade. Sr. Evandro Freire disse que, parte dos tópicos que a Sra. Malde Vilas Bôas mencionou, deveria ser definido por parte da Secretaria Executiva de Gestão e que isso deveria ser uma pauta para a próxima reunião do conselho e que todos deveriam ter alguma proposta de solução para que não fique na responsabilidade apenas de SMIT, assim, todos poderiam decidir sobre a melhor solução.

Sr. Wagner Silveira, Líder TIC - SEGES pediu a palavra e confirmou que existiam tópicos que são da SEGES e as anotações seriam levadas aos responsáveis, e sugeriu que o conselho se reunisse antes da reunião oficial, já que, a mesma, seria somente junho de 2022.

Sr. Filipe Carvalho afirmou que poderia haver reuniões extraordinárias de caráter urgente podendo serem feitas a qualquer momento.

Sr. Evandro Freire sugeriu que a próxima reunião do CMTIC não passasse de março e a Sra. Malde Vilas Bôas concordou destacando que o maior problema era o sistema de monitoramento das atividades, por isso a reunião deveria ser realizada o quanto antes perguntando também se o sistema do governo federal que SMIT estava testando teve um resultado positivo.

Sr. Filipe Carvalho disse que disponibilizou para a equipe de SEGES os acessos à um ambiente de homologação com um dos sistemas levantados como potencialmente viáveis ao teletrabalho na prefeitura e afirmou ser uma ferramenta complexa, mas que havia disponibilizado os acessos para o time que cuidava do tema teletrabalho em SEGES, liderado pelo Sr. Lucas D'Ambrozio. Sr. Wagner Silveira complementou que o sistema deveria ter uma serie de atualizações e que a equipe da PRODAM avaliou essas alterações, e identificaram que o sistema levaria muito tempo e recursos não condizentes com a realidade levando em consideração a parte de negócios.

Sra. Tatiana Sutto, Chefe de Gab - SEGES, levantou a questão que a sugestão de reunião em março não seria viável já que o tema é urgente, que os membros do comitê deveriam se reunir em janeiro a fim de começar as discussões com reuniões prévias ao CMTIC.

Sr. Wagner Silveira, Lider de TIC - SEGES, se propôs a conversar com a equipe da área de teletrabalho para fazer uma análise do que é necessário para este tipo de serviço.

Sr. George Rodrigues concordou que os temas eram importantes, e propôs que se encerrasse a reunião levando em consideração todos os temas levantados, para que na próxima reunião fosse discutido com maior estrutura para haver uma qualidade maior no debate e levantando soluções, já que mesmo após a vacinação o teletrabalho será uma realidade permanente.

Sr. Wagner Silveira abordou brevemente que SMIT também deveria pensar em solução de VPN para melhor desempenho. Sr. George Rodrigues informa que há várias complexidades e que isso já estaria sendo pensado em conjunto com a PRODAM. Reforçou que, alguns funcionários de algumas secretarias estavam gerando custos, pois permaneciam com computadores da prefeitura ligados para utilizar a VPN sem necessidade. Sr. Evandro Freire exemplifica que na secretaria da fazenda teve que impor que os funcionários, que não precisem da VPN, salvassem seus arquivos em nuvem para não precisarem deixar seus computadores ligados, e recomenda que outras secretarias façam o mesmo se puderem.

Sr. Johann Dantas, presidente da PRODAM, afirma que a pandemia trouxe mudanças e uma delas era na cultura da prefeitura, em que o modo de trabalho dos funcionários deveria ser mudado, até mesmo neste caso de salvamento de arquivos.

Sra. Silvia Grecco, Secretária de SMPED, fez uma observação na questão de acessibilidade, que não poderia ser deixada de lado nas decisões e debates, que deveriam sempre ter como critério a inclusão. E comentou que o sistema SIL foi premiado pela ONU.

Sr. George Rodrigues concordou que é extremamente importante e que não faria sentido avançar sem inclusão, que todos deveriam usufruir dos avanços. Ele encerou a reunião em nome do secretário Sr. Juan Queiros, agradeceu e se colocou à disposição.

Deliberações:

SMIT providenciará reuniões com os secretários deste conselho no próximo ano para iniciar as discussões sobre as definições que envolvem tecnologia do teletrabalho.

Assinam esta ata os titulares/suplentes, além da Secretaria Executiva do Conselho:

1. George Augusto dos Santos Rodrigues, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, Presidente deste colegiado;
2. Tatiana Regina Rennó Sutto, Chefe de Gabinete na Secretaria de Governo Municipal;
3. Evandro Freire, Chefe de Gabinete na Secretaria Municipal da Fazenda;
4. Johann Nogueira Dantas, Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – Prodam;
5. Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Secretaria Executiva de Gestão;
6. Malde Maria Vilas Bôas, Secretária Executiva Secretaria Municipal de Educação;
7. Silvia Grecco, Secretária da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência;

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Pereira Nunes de Carvalho**, **Coordenador(a)**, em 20/12/2021, às 14:53, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Regina Renno Sutto**, **Chefe de Gabinete**, em 21/12/2021, às 10:47, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Cobra Arbex**, **Secretário(a) Executivo(a) Adjunto(a)**, em 22/12/2021, às 10:56, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

Documento assinado eletronicamente por **George Augusto dos Santos Rodrigues**, **Chefe de Gabinete**, em 22/12/2021, às 12:40, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

Documento assinado eletronicamente por **Silvia Grecco**, **Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência**, em 22/12/2021, às 14:24, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

Documento assinado eletronicamente por **MALDE MARIA VILAS BOAS**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 23/12/2021, às 09:48, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

Documento assinado eletronicamente por **Johann Nogueira Dantas**, **Diretor-Presidente**, em 27/12/2021, às 14:14, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

Documento assinado eletronicamente por **Evandro Luis Alpoim Freire**, **Chefe de Gabinete**, em 11/01/2022, às 11:48, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processos.prefeitura.sp.gov.br, informando o código verificador **056570425** e o código CRC **FEDB9CB1**.

Referência: Processo nº 6023.2017/0000209-2 SEI nº 056570425